

**PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA  
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA****ORIENTAÇÕES GERAIS**

- 1 Mantenha seu documento de identificação sobre a carteira.
- 2 É vedado o uso de telefone celular, relógio ou qualquer dispositivo eletrônico, sob pena de desclassificação.
- 3 Preencher os dados solicitados nos campos indicados ao nome, número do CPF e assinatura, no cartão resposta.
- 4 Verifique se há falha na impressão do cartão resposta ou na prova. A prova contém 40(quarenta) questões.
- 5 Não identificar o caderno de provas (nome e CPF).
- 6 Na execução das provas só será permitida a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 7 Não será permitida qualquer espécie de consulta, sob pena de eliminação do candidato.
- 8 É expressamente proibida qualquer comunicação entre os candidatos ou com pessoas estranhas. Não tente visualizar a prova dos demais candidatos. Após as instruções preliminares, nada será respondido.
- 9 O candidato não deverá amassar, anotar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, **caso contrário as respostas não serão lidas.**
- 10 **Não será permitida a substituição do cartão-resposta por erro do candidato.**
- 11 Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do cartão-resposta.
- 12 Ao término da prova, entregue aos fiscais o “caderno de prova” e o “cartão-resposta”. **NÃO SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE PROVAS OU RASGAR PARTE DELE.**
- 13 Somente será permitido ao candidato destacar a última folha do caderno de provas, identificada como “folha-rascunho para anotação do gabarito”, destinada exclusivamente para o candidato anotar o gabarito da prova realizada e levá-lo consigo.
- 14 Somente será permitido que o candidato retire-se da sala após 01 (uma) hora do início da prova, salvo autorização da Comissão de Concurso, sendo obrigatória a presença dos 3 (três) últimos candidatos até a entrega da última prova.
- 15 A duração da prova será de 3 (três) horas.
- 16 **NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

**I. PROVA ESCRITA****ORIENTAÇÕES GERAIS**

De acordo com o comando inerente à cada assertiva, deverá o candidato julgá-la **VERDADEIRA** ou **FALSA**, transcrevendo sua resposta para o Cartão Resposta, que será o único documento válido para a correção da prova.

Na Folha de Respostas haverá, para cada assertiva, dois campos de marcação: o campo designado com o código **V**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva VERDADEIRA, e o campo designado com o código **F**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva FALSA.

A pontuação, para cada assertiva, será igual a 1,00 (um) ponto positivo, caso a resposta esteja em concordância com o gabarito oficial.

Para obter pontuação em cada assertiva, o candidato deverá marcar somente um dos dois campos do cartão-resposta.

Caso não haja marcação ou haja marcação dupla (V e F), será atribuída pontuação 0,00 (zero) para a assertiva.

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

**Não se esqueça de analisar todos os enunciados de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa!**

1. Em relação à concordância verbal, a frase “Choveram notícias sobre o suposto sequestro de bens do acusado” está correta. ( )V ( )F
2. Em relação à regência verbal, a frase “Oficie-se o Engenheiro responsável pela obra” está correta. ( )V ( )F
3. Com relação ao Novo Acordo Ortográfico, as palavras “semiaberto”, “infraestrutura” e “microônibus” estão corretamente grafadas. ( )V ( )F
4. Morfologicamente, na frase “Todos os candidatos aguardavam apreensivamente o resultado do julgamento dos recursos”, a palavra “apreensivamente” é um advérbio. ( )V ( )F
5. Quanto à regência verbal, a frase “Uma das funções principais da recepcionista, naquele escritório, é atender ao telefone educadamente” está correta. ( )V ( )F
6. Com relação à concordância verbal, a frase “Nem tudo é flores em qualquer profissão” está correta. ( )V ( )F
7. Com relação à colocação pronominal, a frase “Se tratando de direitos trabalhistas, a reunião do Conselho da Empresa foi produtiva” está correta. ( )V ( )F
8. Morfologicamente, na frase “Embora houvesse controvérsias entre os participantes, o seminário transcorreu sem grandes problemas”, a palavra “sem” é uma conjunção. ( )V ( )F
9. Morfologicamente, na frase “Apesar de estar na sala de audiências, João creio no que estava vendo” o verbo “creio” está corretamente grafado de acordo com a pessoa, o tempo e o modo. ( )V ( )F
10. Com relação à colocação do acento marcador da crase, a frase “Os interessados foram orientados à remeter suas propostas imediatamente” está correta. ( )V ( )F

## **CONTEUDO ESPECÍFICO**

- 11 – Cartas Patrimoniais são documentos que servem de referência mundial para a preservação do patrimônio. Carta de Veneza e Carta do Restauro são exemplos de cartas patrimoniais. ( )V ( )F

12 – O tombamento é uma das iniciativas possíveis de serem tomadas para a preservação dos bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. ( )V ( )F

13 – A ordenação e controle do uso do solo servem, entre outras funções, para promover a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes. ( )V ( )F

14 – As cidades em que o plano diretor é obrigatório devem elaborar plano de rotas acessíveis, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. ( )V ( )F

15 – Uma das diretrizes da política urbana prevista no Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) é a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana.

( )V ( )F

16 – Cidades com mais de 15 mil habitantes e cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, devem, obrigatoriamente, ter plano diretor.

( )V ( )F

17 – Área de Preservação Permanente é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. ( )V ( )F

18 – De acordo com a Resolução CONAMA n. 369/2006, a única hipótese em que o órgão ambiental competente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP é nos casos em que seja comprovada utilidade pública. ( )V ( )F

19 – As condições de conforto ambiental das edificações devem ser pensadas exclusivamente durante a fase de execução da obra. ( )V ( )F

20 – O projeto executivo apresenta, de forma clara e organizada, todas as informações necessárias à execução da obra. ( )V ( )F

21 – Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado; qualquer ação ou omissão que viole os deveres de imparcialidade; e negar publicidade aos atos oficiais, são exemplos de atos de improbidade administrativa. ( )V ( )F

22 – As obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratados com terceiros, serão sempre precedidos de licitação. ( )V ( )F

23 – Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada. ( )V ( )F

24 – Os contratos regidos pela Lei n. 8.666/1993 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes. ( )V ( )F

25 – Quando do recebimento do objeto de um contrato de obra ou serviço de engenharia, não há recebimento provisório, apenas definitivo. ( )V ( )F

26 – Os requisitos em uma perícia de engenharia são obrigatórios, devem ser formulados pela parte investigada, e devem ser compatíveis com as informações viáveis de serem extraídas. ( )V ( )F

27 – O assistente técnico é contratado pela parte para orientá-la, assistir aos trabalhos periciais em todas as fases e, quando necessário, emitir seu parecer técnico. ( )V ( )F

28 – Os métodos involutivo e comparativo não estão previstos nas normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas relacionadas a avaliações de imóveis. ( )V ( )F

29 – Os limites de ocupação do solo podem variar dentro do mesmo município, de acordo com as zonas ou regiões definidas no Plano Diretor. ( )V ( )F

30 – Índice de aproveitamento do terreno, altura máxima da edificação e número máximo de pessoas residentes são exemplos de limites de ocupação. ( )V ( )F

31 – De acordo com a Lei Federal n. 6.766/1979, não será permitido o parcelamento do solo em terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes. ( )V ( )F

32 – Considerando-se a legislação de parcelamento do solo urbano, tanto federal quanto estadual, um dos requisitos urbanísticos para loteamento refere-se à obrigatoriedade de reserva de uma faixa não-edificável de 30 (trinta) metros de cada lado ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias. ( )V ( )F

33 – Desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. ( )V ( )F

34 – De acordo com a Lei Estadual n. 6.063/1982, nos projetos de loteamento, as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário e espaços livres de uso público, não poderão ser superiores a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba. ( )V ( )F

35 – Um importante instrumento utilizado nos planos diretores é o zoneamento, que divide a cidade em zonas com diferentes índices urbanísticos. ( )V ( )F

36 – As rampas em rotas acessíveis devem ter largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m. ( )V ( )F

37 – Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas, em apenas um dos lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso. ( )V ( )F

38 – Em calçada estreita, onde a largura do passeio não for suficiente para acomodar o rebaixamento e a faixa livre com largura de, no mínimo, 1,20 m, pode ser feito o rebaixamento total da largura da calçada, com largura mínima de 1,50 m e com rampas laterais com inclinação máxima de 5 % (1:20). ( )V ( )F

39 – Uma calçada acessível deve garantir uma faixa livre (também denominada “passeio”), com largura mínima de 1,20 m, altura mínima de 2,10 m, livre de qualquer obstáculo, destinada exclusivamente à circulação de pedestres. ( )V ( )F

40 – De acordo com o Decreto Federal n. 5.296/2004, nas edificações de uso público a serem construídas, os sanitários destinados ao uso por pessoa com deficiência serão distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine para cada sexo em cada pavimento da edificação, podendo estar localizadas dentro dos sanitários coletivos, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT. ( )V ( )F



**EDITAL N. 109/2016**

**FOLHA PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO  
(Única que pode ser destacada e levada)**